XV ENCONTRO NACIONAL DA ABRAPSO – 2009

Riso, Preconceito Racial e Aliança Inconsciente: uma leitura possível

Autora: Sandra Leal de Melo Dahia, endereço eletrônico: sandradahia@yahoo.com.br
Professora Adjunta do Departamento de Psicologia da Universidade Federal do Amazonas, provisoriamente lotada na Universidade Federal da Paraíba.

A proposição desse estudo consiste em considerar o riso como uma possibilidade de manifestação inconsciente do preconceito racial no Brasil. O eixo de discussão se concentra na articulação de três temas, a saber: *riso, preconceito racial* e *aliança inconsciente.* É fornecida uma possibilidade interpretativa para a realidade do preconceito racial de determinados brasileiros que, inconscientemente, parecem selar uma aliança através do riso para expressar o seu racismo latente.

A manifestação sutil do racismo é um fenômeno amplamente observado no mundo ocidental. Trata-se de um racismo distante e indireto que se caracteriza pelo seu caráter não ostensivo, diferente do racismo aberto. A peculiaridade dessa *nova* expressão de racismo reside no fato de que seus portadores integram valores igualitários em seu autoconceito e são favoráveis a políticas sociais em benefício dos negros. Conforme explica o psicólogo social Jorge Vala,

> Estas pessoas consideram-se como não racistas e, contudo, têm sentimentos e crenças negativas sobre negros, os quais procuram esconder de si próprios. Quando os contextos de interação indicam claramente o tipo de resposta que é socialmente desejável, ou quando os indivíduos sentem que sua autodefinição como sujeitos igualitários está em causa, estes indivíduos manifestam comportamentos ou atitudes claramente não racistas. Contudo, quando o contexto de interação não define abertamente qual a norma comportamental desejável, ou quando as dimensões "raciais" da interação não são claras, e é possível apresentar uma justificação para um dado comportamento que não envolva a "raça", aqueles indivíduos adotam, igualmente, atitudes e comportamentos racistas (Vala, 1999, p. 33-34).

A despeito de suas especificidades históricas e contextuais, o 'racismo à brasileira', ou seja, o modo particular de vivenciar as relações raciais no Brasil que se caracteriza por sua manifestação sutil, velada e ambígua (DaMatta, 1987, 2001; Schwarcz, 1988), contém a característica distintiva do fenômeno identificado internacionalmente. Travestido de democracia racial, o país encobre um racismo real que emerge e se enreda sutilmente nas relações permanentes entre negros e brancos no cotidiano brasileiro. Parece pouco discutível que grande parte de brasileiros ocultem intencionalmente disposições internas negativas em relação aos negros como conseqüência de uma postura consciente de prudência e submissão à lei, uma vez que atos explícitos de discriminação racial são considerados criminosos. Outros, porém, se percebendo, de fato, como democratas raciais, procuram adotar uma postura politicamente correta no tocante às relações raciais, não por temor a lei, mas por convicção moral. Contudo, num ambiente social de lazer, se comprazem com piadas racistas sem constrangimentos, manifestando um flagrante, porém negado, racismo. É sobre esta segunda categoria que se volta o presente estudo. Contudo, é importante esclarecer que este não se constitui em um estudo empírico, com amostra definida a partir de categorias sociais específicas. Antes, se trata de um estudo teórico baseado nos resultados demonstrados em um vasto número de pesquisas empíricas que apontam uma ambigüidade no comportamento racial dos brasileiros (Camino, Da Silva, Machado e Pereira, 2001; Pereira, Torres e Almeida, 2003, Camino, Da Silva e Machado, 2004, além de outras)

Uma das peculiaridades pertinentes ao racismo no Brasil que ajuda a compor seu quadro múltiplo de identidades está no riso, suscitado pela piada racista. A escolha

desse canal de transmissão e manifestação do preconceito racial no Brasil é o objeto central de atenção do presente estudo. Graças ao seu caráter intermediário entre a realidade e a irrealidade, a seriedade e a brincadeira, o riso pode permitir a inscrição do tema do racismo em uma lógica inconsciente. Uma característica integradora de todo o argumento reflexivo desenvolvido consiste em buscar permanentemente a intersecção entre realidades individuais e sociais para a compreensão do tema, sempre a partir da superposição de recortes analíticos micro e macrossociais.

O *riso*, por exemplo, implica dimensões distintas: apresenta um aspecto individual e um aspecto coletivo, que estão intimamente associados. O riso se afigura como ressonância individual do significado socialmente construído, que se cristaliza nas piadas. Estas são produções sócio-culturais que traduzem significados e relações sociais estabelecidas historicamente. As piadas refletem diferentes visões de mundo que instrumentalizam o jogo de forças dos processos de exclusão e inclusão entre os grupos sociais. Nesse contexto, o riso se torna importante na medida em que representa a aprovação dos grupos sociais aos valores e concepções subjacentes às piadas.

A idéia do risível como algo desviante e incongruente e de sua condição de oposição e de subordinação ao sério, ao verdadeiro, são recorrentes na história do pensamento ocidental (Minois, 2003). O riso, enquanto reverberação da piada racista, tem servido para apaziguar temores, reduzir tensões, fortalecer vínculos, efetuar exclusões, transgredir normas sociais (Morreall, 1983). Seu objeto, em geral, é negativo e seu lugar é um lugar de desprestígio.

Em um enfoque filosófico, na perspectiva de Verena Alberti (2002), o riso recebe um estatuto inconsciente. A autora resgata uma concepção moderna subjacente ao riso segundo a qual ele é tratado como categoria analítica fundamental para a compreensão da realidade. Inscrito na ordem do não-sério, do indizível, o riso reforça a importância da emoção, atestando os limites da razão na sua tentativa de apreender a realidade. Ele pode remeter a uma realidade inconsciente que divide com o consciente a totalidade da realidade e da vida psíquica, cujo conteúdo pode tornar-se passível de compreensão pela razão. Essa é uma leitura reforçada pela teoria psicanalítica de Freud (1905) que constitui um das referências teóricas principais para compreensão do tema proposto.

A teoria freudiana fornece elementos que permitem inferir uma função à piada, ou chiste, que consiste no alívio para tensões psíquicas (1905). Segundo Freud o chiste oculta conteúdos agressivos (preconceito racial contra o negro) que não podem ser manifestos abertamente em virtude de censuras internas (negação do preconceito racial) e externas (vigência de valores igualitários), sendo, por isso, remetidos a uma dimensão inconsciente. Esse conteúdo permanece latente como tensão psíquica, exercendo uma contínua pressão por uma liberação que restaure o equilíbrio original, seja no nível individual, seja no nível intersubjetivo. O chiste, como produção do inconsciente, propicia a emergência desses conteúdos sob um formato ambíguo e difuso de modo a minar a ação dos diferentes níveis de inibição e, desse modo, permitir um relaxamento psíquico pela vazão da energia represada. No caso da piada ou chiste racista, ocorre uma liberação do preconceito racial reprimido sob um tom de brincadeira, de modo sutil e disfarçado, a fim de não afrontar as censuras que se lhes opõe. O riso parece constituir, assim, uma solução inconsciente para o dilema que envolve a questão do racismo no Brasil. Ele parece conter, de forma ambivalente, prazer e angústia. O riso é catártico ao mesmo tempo em que traduz um incômodo silenciado e, muitas vezes, desconhecido.

Uma perspectiva distinta, assentada em estudos sociológicos e antropológicos, atribui, com maior freqüência, um caráter transgressor ao riso. É ressaltada sua importância para organização social tornando-se uma via socialmente instituída de

transgressão para garantir, em última instância, a preservação da ordem e das normas sociais. Merece comentário o expressivo estudo desenvolvido por Mikhail Bakhtin (1987), cuja teoria realça o caráter positivo do riso, visto como expressão de alegria e de contestação frente aos poderes dominantes. Estendendo a análise para sociedade contemporânea, Gilles Lipovetsky (2005), numa proposição ousada, denomina a sociedade do século XXI, – que ele reconhece como uma sociedade pós-moderna –, de sociedade humorística, caracterizada pela imposição social de um código humorístico nas mais diversas áreas, que produz um humor lúdico e não mais satírico, no qual se observa um maior controle sobre a vazão agressiva dos risos que encontram no *outro* seu objeto. Na verdade, para Lipovetsky, *"o outro deixa de ser o alvo privilegiado dos sarcasmos, as pessoas riem muito menos dos vícios e defeitos alheios"* (2005, p.119), cabendo agora ao *eu* a titularidade desse lugar.

O tema *preconceito racial* também é tratado dentro de um quadro de discussão mais dinâmico que evidencia fenômenos psíquicos e individuais, relativos a processos cognitivos, afetivos e comportamentais, perpassados por uma dimensão social na qual circulam ideologias como o racismo. Este é problematizado a partir de sua evidência simbólica – tendo em vista que do ponto de vista biológico o conceito de raça se tornou um conceito estéril – de seu caráter plural e de sua ocorrência histórica. O filósofo e cientista político André-Pierre Taguieff (1987), considerando como legítimo o emprego do termo *racismo* no plural, propõe um modelo dual de análise das relações raciais a partir do qual é possível cotejar as diferentes formas de racismos e anti-racismos que emergem no cenário sócio-político. Para o contexto específico desse estudo, ressalta-se apenas a primeira distinção que opõem os racismos e anti-racismos universalistas e diferencialistas.

Heterófobo, o racismo universalista se contrapõe à diferença, fundamentando-se na negação da identidade enquanto existência e valor. Esse tipo de racismo se manifesta em projetos de assimilação ou de uniformização, podendo ainda submeter certos grupos à dominação de uma cultura ou raça pretensamente superior.

Na perspectiva diferencialista, que se configura numa negação da idéia de humanidade, esse tipo de racismo absolutiza a diferença, a separação ou mesmo a própria eliminação de grupos diferentes. Postula-se aqui a existência de uma diferença entre grupos humanos contrariamente à tendência universalista, cuja pressuposição ontológica baseia-se na existência de uma escala universal de valor intergrupos.

Entre as várias implicações dos extremismos que as duas posições podem suscitar, destacaríamos, por um lado, um nacionalismo xenófobo, por exemplo, e, de outro lado, as ideologias de purificação étnicas, conforme o que se observa freqüentemente na Europa.

De acordo com Wieviorka (1995), no cenário político-mundial, o racismo contemporâneo se vincula mais estreitamente ao argumento das diferenças raciais do que propriamente a sua desigualdade, embora essa seja uma posição dissidente no Brasil atualmente. Do ponto de vista da prática histórica, contudo, as duas lógicas que caracterizam os discursos universalistas e diferencialistas nunca estão, de fato, totalmente separadas. Sua distinção atende uma necessidade de caráter analítico. Considerando as experiências históricas, para Wieviorka (1995), um racismo "estável e duradouro" apenas se constitui na associação dessas duas lógicas.

A esses racismos, definidos por meio de representações ideológico-discursivas e por argumentos englobando crenças e valores específicos, correspondem, segundo Taguieff, os anti-racismos universalistas, cujos valores cardeais são a igualdade e a unidade da espécie humana, de onde advém a rejeição de todo poligenismo, e os anti-racismos diferencialistas, cujos valores fundamentais são a

identidade coletiva (a conservar) e a diferença entre os grupos humanos (a manter) (Jacques d'Adesky, 2001, p.27).

O discurso universalista coloca o indivíduo sob a ordem da igualdade, na qual ele se torna a medida de todas as coisas. Desvaloriza as identidades coletivas específicas em favor de um universalismo abstrato. Na verdade, é a diluição no universal que propiciará a eliminação das diferenças nocivas ao indivíduo. A igualdade somente se concretiza com a abolição das diversidades concentradas no grupo.

Na perspectiva diferencialista, ao contrário, o reconhecimento individual advém da busca da identidade coletiva. É precisamente com a valorização da imagem do grupo, historicamente depreciado, que os indivíduos a ele filiados terão seu reconhecimento assegurado de acordo com o princípio da igualdade universal.

No Brasil, segundo autores como D'Adesky (2001) e Sodré (1999), predomina o racismo universalista com o seu anti-racismo. Trata-se de um país atravessado por fortes contrastes sociais e econômicos e, mesmo após mais de 100 anos de instauração da República, a igualdade entre os indivíduos, fundamento de toda democracia, permanece como uma realidade distante, somente restrita à lei. Do ponto de vista prático, ao contrário, observa-se um país atravessado por um sistema fortemente hierarquizado, no qual os lugares sociais estão tacitamente demarcados.

Não apenas os desequilíbrios econômicos podem ser apontados como razão das desigualdades, também a política deixa de fornecer garantias de proteção à dignidade e humanidade dos cidadãos pobres, principalmente os não-brancos.

Embora freqüentemente se alegue que tais disparidades entre brancos e não-brancos deva ser inscrita na ordem do meramente econômico, para Carlos Hasenbalg:

Tais desigualdades não podem ser explicadas simplesmente por antagonismos de classe ou estratificação social, com o que se tende a minimizar o preconceito racial como fator secundário e postular que este último não passa de conseqüência de distorções socioeconômicas.(...)...essas desigualdades surgem não apenas das disparidades hierárquicas segundo a qualificação, mas principalmente de disparidade de natureza racial que mantém uma estrutura privilegiada para os brancos e perpetua o lugar da população negra em posições subalternas (1988).

O número reduzido de negros em altos cargos públicos e privados, com uma imagem positiva e de destaque na mídia, atesta continuamente a existência do racismo no Brasil.

No entanto, é notório que, mesmo se admitindo a responsabilidade primordial do racismo nas relações de desigualdades entre brancos e não-brancos, não se observa a existência de conflitos raciais abertos e ostensivos, o que parece inserir o Brasil num modelo peculiar de relações raciais, "o racismo à brasileira", cuja dinâmica se assenta na sua riqueza e complexidade cultural. Tal suposição torna-se compreensível a partir do resgate histórico do pensamento de Gilberto Freyre, nos anos 30, fundado na ideologia da mestiçagem (1990).

A teoria da mestiçagem emerge como tentativa de efetuar uma releitura das teorias raciais deterministas e evolucionistas provenientes da Europa, tendo em vista a realidade local. Seu postulado central consistia em considerar o mestiço a síntese do cruzamento das raças que aqui se relacionavam pacificamente.

Essa visão acaba consolidando uma nova teoria da nacionalidade brasileira que, reconhecendo a influência de negros e índios, contribuiu decisivamente para a instituição do caráter nacional brasileiro, forjado a partir de uma suposta interação harmoniosa entre as três raças formadoras, suas culturas e o meio físico.

O projeto anti-racista de miscigenação como fator de superação das diferenças raciais acaba por tornar-se um racismo heterófobo em favor do ideal do branqueamento.

A mestiçagem, que visava, sobretudo, a erradicação da diferença e a promoção da semelhança entre os indivíduos através de criação de uma humanidade 'transracial', acaba por eleger um grupo humano específico, o branco, como referência normativa.

Nesse sentido, se evidencia uma explícita desvalorização da identidade de negros e indígenas, minando não apenas sua sobrevivência racial, mas também sua riqueza e sua especificidade cultural.

Tal análise que se funda no modelo proposto por Taguieff desnuda, a despeito dos significados implícitos na imagem de democracia racial que o Brasil conserva e exporta, a natureza sutil do discurso e prática racista antinegro e antindígena que aqui vigoram.

O movimento negro de orientação anti-racista diferencialista se propõe a denunciar essa composição anti-racista/racista da lógica universalista resgatando a história e o valor cultural das comunidades negras, cujo desenraizamento as lançou no limbo dos assimilados, categoria permanentemente suspensa entre as possibilidades de plena integração e de inadequação.

O discurso e a prática anti-racista do movimento negro concorrem significativamente para o desmantelamento da lógica da miscigenação que longe de favorecer a integração racial, segundo eles, consolida, na verdade, uma rede de relações assimétricas de exploração e dominação exercida pelo branco. As especificidades históricas peculiares ao racismo brasileiro, de acordo com o antropólogo Roberto DaMatta encontram, portanto, suas razões na origem comum entre a questão racial e a questão da identidade nacional (DaMatta, 1987; Ortiz, 2003). É a ideologia do racismo à brasileira associada ao mito das três raças que fundamentam, de acordo com DaMatta (1987), a construção de uma identidade brasileira, erigida em virtude da progressiva autonomia política de Portugal, no bojo do processo de independência do Brasil.

O mestiço é produzido como símbolo da brasilidade. Tendendo ao branqueamento, essa figura intermediária serve ao propósito de encobrir conflitos raciais, produzindo um racismo não ostensivo que, no entanto, reafirma sutilmente a posição social de inferioridade conferida ao não-branco numa sociedade não-igualitária como a sociedade brasileira. Em um espaço social hierarquicamente demarcado, a posição da categoria dominante não está sujeita a ameaças e negros e brancos podem conviver sem conflitos. Assim, a segregação racial parece ter se tornado dispensável em solo brasileiro.

No entanto, com o fim da escravidão no Brasil e a instituição de um discurso político moderno, fundados em princípios igualitários, novos mecanismos de discriminação são acionados para contornar a "afronta" e não propriamente a ameaça, que representa à integração do negro a sociedade, momento no qual passa a dividir o mercado de trabalho livre e assalariado com o branco. Entre esses novos mecanismos sociais de exclusão, Fonseca (1994), em sua dissertação de Mestrado, sugere a difusão da piada racista.

A despeito das considerações históricas sobre a função ideológica da piada, que pressupõe certa identificação entre o conteúdo da mensagem e o riso dos seus espectadores, o que aqui se discute é a ambivalência dessa identificação que parece remeter a piada e o riso racistas a alianças inconscientes inscritas sobre rejeições, recusas e sacrifícios que refletem desejos conflitantes, subjacentes aos problemas originais da identidade nacional. Nesse sentido, se atribui um papel mediador para as estruturas psíquicas, e não apenas para a ideologia, na negociação dessa realidade que parece ser realizada intersubjetivamente. A emergência desse enfoque põe em relevo a idéia de *Inconsciente*, na perspectiva do psicanalista francês René Kaës (1997; 2001;

2005), para tratar as manobras de disfarce e negação do racismo no Brasil através do riso.

Em relação ao pensamento freudiano, em particular, a novidade contida nessa perspectiva consiste em estudar seriamente a hipótese de que o *inconsciente* não mais pertença unicamente ao espaço intrapsíquico. Sua teoria sugere que é possível distinguir dois espaços psíquicos, com consistência e lógica distintas: um, organizado numa esfera intrapsíquica e, o outro, estruturado como uma organização de vínculos intersubjetivos. Assim, Kaës supõe que *"o grupo intersubjetivo é um dos lugares da formação do Inconsciente: correlatamente,* [supõe] *que a realidade psíquica própria ao espaço intersubjetivo grupal se esteia em certas formações da grupalidade intrapsíquica"* (1997, p.18).

Buscando identificar a produção psíquica específica aos grupos, Kaës destaca certos tipos de formações psíquicas grupais, de estrutura e efeitos semelhantes às formações de compromissos.[1] Essa sua linha investigativa fornece brechas teóricas para a inscrição do presente objeto de estudo no sentido de tentar compreender o nível de entrelaçamento intersubjetivo, advindo das negociações do inconsciente para produzir novas modalidades de formação de compromisso como o riso e a piada racista para encobrir o preconceito racial latente.

Fornecer uma fundamentação psicanalítica para compreender a dinâmica dos grupos frente às relações raciais no Brasil significa, objetivamente, introduzir conceitos como: *transmissão psíquica*, entre gerações e entre membros do grupo, *aliança inconsciente* e a categoria do *intermediário*.

Precedendo esta discussão principal, é possível superpor alguns níveis de análise para compreender a transmissão sincrônica e diacrônica de uma forma de racismo sutil ou mais especificamente, certa *ética do preconceito racial* e da eleição progressiva de um canal de expressão socialmente construído e consentido como a piada racista.

O primeiro nível de análise apresentado remete a pesquisa da socióloga Rita de Cássia Fazzi (2004) sobre a aprendizagem de determinados códigos sociais de disciplinamento e autodisciplinamento entre crianças brasileiras em relação à questão racial. Realizada em Belo Horizonte, a pesquisa aponta como certa etiqueta racial gradativamente se enraiza e se impõe nas relações sociais de forma a transformar-se numa norma de conduta que vai regulando a adequação de um vocabulário racial nas conversações cotidianas e, igualmente, vai possibilitando a instituição de certos canais de expressão nos quais tais condutas não se aplicam, pelo menos não de forma rigorosa.

O segundo nível de análise utiliza o estudo do sociólogo Nobert Elias (1990; 1993) sobre o impacto do processo civilizador sobre a expressão das emoções no ocidente, evidenciando, também nesse nível, um processo de disciplinamento social e autodisciplinamento individual que articula mudanças na constituição das estruturas sociais com modificações na personalidade. Tal como o controle dos sentimentos, expresso no avanço da vergonha através dos manuais de aconselhamento de boas maneiras, analisados por Elias, aqui há suposição, por um lado, de um controle do comportamento racial na socialização das crianças brasileiras que culmina em um ocultamento progressivo e imperceptível do preconceito racial e, por outro lado, em um sentido inverso, supõe-se também, que a piada constitua um mecanismo psíquico inconsciente, socialmente adotado, para a liberação dos conteúdos racistas historicamente reprimidos. Constrói-se uma interdependência social em torno de uma

---

[1] De acordo com Laplanche e Pontalis, formação de compromisso se refere *"a forma que o recalcado assume para ser admitido no consciente, retornando no sintoma, no sonho (...), em qualquer produção do inconsciente. As representações recalcadas são então deformadas pela defesa ao ponto de serem irreconhecíveis"* (2001, p.198).

hostilidade a um objeto comum e a necessidade de certa regulação ética para a questão que apontam para uma ordem implícita nos comportamentos que, embora não sejam individualmente conscientes, ganham um sentido a partir do vínculo que estabelecem.

O cerne dessa discussão, que efetua a superposição de vários níveis de análise, reside, no entanto, em conferir, a partir de um enfoque psicanalítico, uma atenção privilegiada a proposição inconsciente para a compreensão de aspectos obscuros subjacentes ao estilo ambíguo e lúdico na manifestação do racismo de alguns brasileiros. Um dos aspectos centrais dessa investigação teórica está em compreender o nível de enodamento entre realidades psíquicas individuais e intersubjetivas, que produzem formações inconscientes. É o conceito de transmissão psíquica, seja num nível diacrônico, seja num nível sincrônico, que permite pensar esse movimento de deslocamento da tópica individual do inconsciente para uma tópica intersubjetiva (Kaes, 2001). De acordo com Kaës,

> Nascemos elos no mundo, somos herdeiros, servidores e beneficiários de uma subjetividade que nos precedem e de que nos tornamos contemporâneos, seus recalcados que herdamos, a que servimos e de que nos servimos, fazem de cada um de nós os sujeitos do inconsciente submetidos a esses conjuntos. (Kaes, 1997, 106).

As alianças inconscientes constituem um dos processos de transmissão psíquica construídas pelos sujeitos de um vínculo para reforçar, em cada um deles, certos processos oriundos do recalque, ou da recusa, ou da renúncia e do qual eles obtém um benefício. Trata-se de um pacto inconsciente sobre o inconsciente que mantém o sujeito estranho a sua própria história, sustentando o destino do recalcamento e da repetição. Em outras palavras, as alianças inconscientes são estabelecidas para que os sujeitos de um vínculo, seja entre gerações distintas, seja entre membros de uma mesma geração, estejam assegurados de nada saberem sobre seus próprios desejos, recusas e renúncias, nem daqueles que os precederam. Formalmente, Kaës (2005) define as alianças inconscientes como

> Uma formação psíquica intersubjetiva construída pelos sujeitos de um vínculo para reforçar, em cada um deles, certos processos, certas funções ou certas estruturas vindas do recalque, ou da recusa, ou do desmentido e da qual eles obtêm um benefício, tal que, o vínculo que os liga, adquire para sua vida psíquica, um valor decisivo (p.133).[2]

Com base nesse referencial, sugere-se a existência de uma aliança inconsciente fundada, negativamente, na renúncia de um preconceito racial ostensivo e aberto que foi recalcado coletivamente e retorna através de uma produção inconsciente como a piada racista e os risos que ela suscita, nos espaços de lazer, de uma forma distorcida e, para alguns, de uma forma imperceptível. Disfarçado, o racismo não parece racismo, mas esse formato sutil é precisamente o que reforça e mantém o vínculo que o sustenta. Ou seja, o pacto inconsciente ocorre exatamente para que o preconceito racial seja garantido. O riso expressa uma posição que encobre um racismo negado, mas existente e mal-resolvido e, por isso, recorrente. Ele emerge como categoria intermediária para solucionar a descontinuidade gerada pelo conflito de identidade que divide certos brasileiros. A categoria do intermediário foi formulada por Kaës para efetivar a articulação entre formações específicas produzidas em espaços sociais com formações produzidas em espaços psíquicos singulares, desempenhando, além dessa função de estabelecer ou restabelecer a continuidade entre realidades heterogêneas, a função de

mediação de elementos conflitantes. A falta de continuidades, geradas com indefinições de identidade, produzem, segundo Kaës (2005), perturbações e sofrimentos psíquicos. O que se supõe aqui é que a nova ordem social pós-escravidão, avalizada pela lei, fragilizou os fundamentos sobre os quais se definiam a identidade nacional, produzindo conflitos. Através do riso, a questão é então deslocada para uma realidade inconsciente que se coloca de forma ambígua entre a seriedade e a brincadeira, engendrando um curioso jogo de invisibilização e irrupção do preconceito racial que, se por um lado, favorece uma catarse necessária à regulação psíquica individual e intersubjetiva, por outro lado, aponta para a não resolução definitiva do conflito, ao se tornar uma prática social recorrente de procedência desconhecida.

No entanto, a categoria do intermediário não parece ser uma solução definitiva para a questão, uma vez que dela se exige um trabalho psíquico permanente para fazer frente ao trabalho da cultura. Trabalho que é capaz até de enfraquecer a qualidade dos pactos inconscientes estabelecidos para lhe dar sustentação, de modo a demonstrar o grau de imbricação entre realidade inconsciente e realidade social. Prenúncios de mudanças são indicados em razão do debate público em torno das ações afirmativas para negros no Brasil que vem sendo travado com gradativa visibilidade no País e que parecem, felizmente, iminentes falhas nas estruturas intermediárias.

Referências

ALBERTI, V. *O riso e o risível na história do pensamento.* 2 ed., Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2002.

BAKHTIN, M. *A cultura popular na idade média e no renascimento:* o contexto de François Rabelais. São Paulo: Ed. Hucitec, 1987.

CAMINO, L. et al. A face oculta do racismo no Brasil: uma análise psicossociológica. *Revista de Psicologia Política***,** v.1, n.1, pp. 13-36, 2001.

CAMINO, L.; DA SILVA, P; MACHADO, A (2004) As novas formas de expressão do preconceito racial no Brasil: estudos exploratórios. In: LIMA, M E. O.; PEREIRA, M. E. (ORG.). *Estereótipos, preconceitos e discriminação:* perspectivas teóricas e metodológicas. Salvador: Edufba, cap. 5, p.121-140.

D'ADESKY, Jacques (2001) *Pluralismo étnico e multiculturalismo*: racismos e anti-racismos no Brasil. Rio de Janeiro: Pallas.

DAHIA, S. *Riso, preconceito racial e aliança inconsciente:* uma leitura possível. 2007. Tese (Doutorado) — Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2007.

DAMATTA, R. *Relativizando:* uma introdução à antropologia social. Rio de Janeiro: Rocco, 1987.

_____. *Carnavais, malandros e heróis:* para uma sociologia do dilema brasileiro. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

_____. *O que faz o brasil, Brasil?* Rio de Janeiro: Rocco, 2001.

ELIAS, N. *O processo civilizador.* Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, v. I, 1990 e v.II, 1993.

FAZZI, R.C. *O drama racial de crianças brasileiras:* socialização entres pares e preconceito. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

FONSECA, D. J. *A Piada:* discurso sutil de exclusão, um estudo do risível no "racismo à brasileira". 1994. Dissertação (Mestrado) — Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 1994.

FREYRE, G. *Casa-grande e senzala.* 27 ed., Rio de Janeiro: Record, 1990.

FREUD, S. *Os chistes e sua relação com o Inconsciente*. Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud (E.S.B.), v. VIII, Rio de Janeiro: Imago, 1905/1980.
HASENBALG, Carlos et alii (1992). *Relações raciais no Brasil contemporâneo*. Rio de Janeiro: Fundo Editora.
KAËS, R. *O grupo e o sujeito do grupo:* elementos para uma teoria psicanalítica do grupo. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1997.
KAËS, R et al. *Transmissão da vida psíquica entre gerações***.** São Paulo: Casa do Psicólogo, 2001.
KAËS, R. *Os Espaços psíquicos comuns e partilhados:* transmissão e negatividade. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2005, (Col. Psicologia Social, Inconsciente e Cultura, coordenadora: Maria Inês Assumpção Fernandes).
LAPLANCHE, J; PONTALIS, J.B. *Vocabulário da psicanálise.* 4 ed., São Paulo: Martins Fontes, 2001.
LIPOVETSKY, Gilles *A era do vazio*: ensaios sobre o individualismo contemporâneo. São Paulo: Manole, 2005.
MINOIS, G. *História do riso e do escárnio.* São Paulo: Editora UNESP, 2003.
MORREALL, J *Taking laughters seriously*. Albany: State University of New York, 1983.
NEVES, P. S. Luta anti-racista: entre reconhecimento e redistribuição. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, Vol.20, n.59: 81-96, 2005.
ORTIZ, R. *Cultura brasileira e Identidade Nacional*. São Paulo: Brasiliense, 2003.
PEREIRA, C.; TORRES, A.R.; ALMEIDA, S. T. Um estudo do preconceito na perspectiva das Representações Sociais: análise da influência de um discurso justificador da discriminação no preconceito racial. *Psicologia: Reflexão e Crítica,* v.16, n.1, pp. 95-107, jan. 2003.
SCHWARCZ, L. M. *Nem preto nem branco, muito pelo contrário:* cor e raça na intimidade in História da Vida Privada no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, Vol. 4, 1998.
SODRÉ, M. *Claros e escuros:* identidade, povo e mídia no Brasil. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1999.
TAGUIEFF, P.-A. *La force du préjugé*: essai sur lê racisme et sés doubles. Paris: Éditions La Découverte, 1987.
VALA, J. *Novos racismos:* perspectivas comparativas. Oeiras: Celta Editora, 1999.
WIEVIORKA, M. (org.) *Racismo e modernidade*. Bertrand Editora, 1995.